

Valores sociais e práticas de gestão patrimonial: uma aplicação da abordagem institucional a estudos com indígenas na Amazônia brasileira

Luciano Alberto Ferreira (UFRR) - lucianoalbef@yahoo.com.br

Verçulina Firmino Santos (UFRR) - versulina@yahoo.com.br

Resumo:

Este estudo focalizou os valores sociais que dão conformação à gestão e controle patrimonial, num contexto de evidente inter-culturalidade. A coleta de dados deu-se através de interações em sala de aula e no campo de trabalho, utilizando-se um mini-curso apresentado por um dos pesquisadores a indígenas de duas comunidades em datas distintas. Após cada mini-curso foram procedidas entrevistas do tipo não estruturada focalizada. O procedimento de análise teve como base de reflexão os conceitos básicos tratados na tradição da escola britânica de pesquisa contábil a partir da Teoria Institucional. A análise dos achados empíricos sugere que alguns elementos de conhecimento patrimonial são articulados pelos indígenas de acordo com valores sociais locais, tais como a prática da “de junta”, uso do caxiri, sentimento de união da comunidade e confiança na ação governamental através de políticas públicas de assistência e previdência sociais a indígenas das comunidades. Por outro lado, valores sociais diversos, derivados da interação com não indígenas, mostraram-se eficazes na fundamentação das práticas de gestão e controle patrimonial, tal como a perspectiva da acumulação de capital conforme pressuposto da continuidade. Entretanto, o estudo requer aprofundamento quanto aos aspectos básicos dos processos formadores e caracterizadores dos fenômenos evidenciados no trabalho, mormente quanto aos processos de habitualização, objetificação e sedimentação dos valores sociais identificados.

Palavras-chave: *Valores Sociais; Práticas de Gestão; Teoria Institucional*

Área temática: *Ensino e Pesquisa na Gestão de Custo*

Valores sociais e práticas de gestão patrimonial: uma aplicação da abordagem institucional a estudos com indígenas na Amazônia brasileira.

Resumo

Este estudo focalizou os valores sociais que dão conformação à gestão e controle patrimonial, num contexto de evidente inter-culturalidade. A coleta de dados deu-se através de interações em sala de aula e no campo de trabalho, utilizando-se um mini-curso apresentado por um dos pesquisadores a indígenas de duas comunidades em datas distintas. Após cada mini-curso foram procedidas entrevistas do tipo não estruturada focalizada. O procedimento de análise teve como base de reflexão os conceitos básicos tratados na tradição da escola britânica de pesquisa contábil a partir da Teoria Institucional. A análise dos achados empíricos sugere que alguns elementos de conhecimento patrimonial são articulados pelos indígenas de acordo com valores sociais locais, tais como a prática da “de junta”, uso do caxiri, sentimento de união da comunidade e confiança na ação governamental através de políticas públicas de assistência e previdência sociais a indígenas das comunidades. Por outro lado, valores sociais diversos, derivados da interação com não indígenas, mostraram-se eficazes na fundamentação das práticas de gestão e controle patrimonial, tal como a perspectiva da acumulação de capital conforme pressuposto da continuidade. Entretanto, o estudo requer aprofundamento quanto aos aspectos básicos dos processos formadores e caracterizadores dos fenômenos evidenciados no trabalho, mormente quanto aos processos de habitualização, objetificação e sedimentação dos valores sociais identificados.

Palavras-chave: Valores Sociais; Práticas de Gestão; Teoria Institucional.

Área Temática: Ensino e Pesquisa na Gestão de Custos

1 Introdução

Nos últimos quarenta anos, principalmente na década de 1980, trabalhos relevantes na academia têm apresentado abordagens alternativas úteis às pesquisas na área contábil e de gestão. Uma delas, a abordagem social e institucional, trata da inter-relação entre valores sociais e práticas de gestão. Nesse sentido, elegeram-se como *locus* da pesquisa os conhecimentos de gestão e controle patrimonial articulados por indígenas das comunidades do Araçá e do Boqueirão, situadas nos municípios roraimenses de Amajari e Alto Alegre, respectivamente. A primeira coleta de dados ocorreu na comunidade do Araçá, em 2006, por ocasião de atividade de extensão capitaneada pela universidade a qual os pesquisadores estão vinculados. A segunda coleta de dados ocorreu em 2008, a partir de uma atividade de extensão desenvolvida pelos pesquisadores utilizando as mesmas técnicas.

Com base nas informações gerais obtidas junto a lideranças indígenas e autoridades entrevistadas elaborou-se um mini-curso de extensão intitulado “Fechamento de caixa”, que contemplou as principais atividades produtivas e de comércio desenvolvidas na região de Amajari e Alto Alegre por indígenas e não-indígenas. Estas atividades econômicas foram analisadas em sua dinâmica patrimonial, considerando três atividades básicas de gestão e controle patrimonial: atividade de investimento, atividade de financiamento e atividades operacionais. Assim, através de uma pesquisa exploratória, baseada em debates em sala e entrevistas não estruturadas focalizadas, realizadas *ex-post*, procurou-se conhecer elementos culturais relevantes na determinação das práticas de gestão desenvolvidas pelos indígenas da comunidade do Araçá e do Boqueirão.

A análise dos achados empíricos sugere que alguns elementos de conhecimento patrimonial são articulados pelos indígenas de acordo com valores sociais regionais, tais como a prática da “de junta”, uso do caxiri, união da comunidade e confiança na ação governamental através de políticas públicas de assistência social e previdência social. Estes elementos se mostraram relevantes na forma como os indígenas reconhecem e mensuram seus componentes patrimoniais.

2 As principais abordagens de pesquisa em contabilidade e seus desdobramentos: a nova teoria institucional e as pesquisas organizacionais e contábeis

A teoria institucional surgiu na cena dos estudos organizacionais em meados dos anos 1970, como continuação e extensão da revolução intelectual ocorrida nos anos 1960, quando foi introduzida a concepção da organização como sistema aberto nos estudos de administração. De acordo com Powell e DiMaggio (1991), apesar de existirem divergências na sistemática de abordagem das organizações e instituições, o nascimento do novo institucionalismo, sob a perspectiva sociológica, pode ser atribuído ao sociólogo americano John Meyer, através de seus trabalhos “*The effects of education as an institution*” e “*Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony*”, este em parceria com Brian Rowan, em 1977. Estes trabalhos apresentaram os elementos centrais do pensamento neoinstitucional com grande aplicabilidade aos estudos organizacionais.

A partir desta concepção passou-se a dar importância maior à análise organizacional que considere o contexto de operações, destacando-se como este pode moldar, constranger, invadir e renovar qualquer forma de organização. Importante lembrar que primeiramente a organização era encarada como um sistema de produção que transformava *inputs* em *outputs*. Após os anos 1970 reconheceu-se os efeitos significantes das forças do ambiente associadas às organizações, passando-se a abordá-las também como um sistema social e cultural, influenciando e sendo influenciadas pelo seu entorno (SCOTT, 2001; REIS, 2008). Assim, enquanto nos anos 1940 e 1950 os teóricos reconheceram a importância das coletividades particulares (organização individual), nos anos 1970 e 1980, maior atenção foi dada ao significado das formas organizacionais e sua interdependência social e cultural com seu ambiente de operações, com frutífero desenvolvimento da teoria e pesquisa institucional. Emerge, assim, a nova teoria institucional.

Muito embora o pensamento neoinstitucional tenha traços do velho institucionalismo, principalmente através de Philip Selznick e seus associados, existem diferenças substanciais entre as duas correntes. Por outro lado, os pontos em comum na análise organizacional são: ceticismo quanto ao modelo de ator racional; ênfase na relação entre organização e ambiente de operações; preocupação em revelar aspectos da realidade que são inconsistentes com os aspectos formais da ordem organizacional; e consideração do papel da cultura na estruturação da realidade organizacional. Nos trabalhos de Lopes e Martins (2005, p. 43) e Powell e DiMaggio (1991, p.13), estas diferenças são bem evidentes, principalmente em termos de foco de análise, abordagem do ambiente, visão dos conflitos e mudanças, e a imagem da ação individual.

Considerando Powell e DiMaggio (1991) e Reis (2008), percebe-se que a base da mudança do velho para o novo institucionalismo na perspectiva sociológica é a transferência da análise dos aspectos micros da autoridade e capacidade organizacional para moldar a ação dos indivíduos, para aspectos macros, muito embora fique implícito que a macrosociologia apóie-se na microsociologia. No campo dos estudos organizacionais a perspectiva institucional aborda a sobrevivência da organização através da conformação às normas sociais prévia e amplamente estabelecidas e institucionalizadas (REIS, 2008).

Reis (2008), baseando-se em Steen (2005), faz uma comparação mais resumida entre as abordagens de pesquisa em teoria institucional aplicável aos estudos organizacionais, conforme quadro adiante.

	Nova Economia Institucional	Nova Sociologia Institucional	Velha Economia Institucional
Unidade de análise	Transação	Organização	Grupo ou subgrupo social
Suposições dos indivíduos	Racionalidade limitada	Determinismo institucional	Construção da realidade social pelo indivíduo
Visão do processo	Não	Não	Sim
Orientação das mudanças	Estrutura de governança	Práticas formais institucionalizadas	Regularidade comportamental
Foco institucional	Eficiência	Legitimidade externa	Regularidade comportamental

Quadro 1 – Diferenças básicas entre o velho e o novo institucionalismo nos estudos sociológicos e organizacionais (Fonte: Adaptado de Reis, 2008, p. 38 e Steen, 2005, p.30)

Por outro lado, existem evidências de que as decisões da gerência são reações às pressões técnicas e institucionais do ambiente de operações da organização (ROTHENBERG, 2007). Segundo esta autora, a linha de fronteira entre a organização e seu ambiente operacional tende a amortecer os impactos externos. Esta linha de fronteira está associada à ligação da organização aos elementos do seu ambiente de operações, e geralmente situa-se na sua periferia, com serviços como departamento jurídico, relações públicas etc. Um bom exemplo são as atividades dos gestores. Desta forma, os gestores acabam por atuar como empreendedores institucionais, e como tais criam normas, modelos, roteiros e tipos de comportamentos técnicos e cognitivos condizentes com sua identidade e interesses, estabelecendo normas gerais e legitimando outras.

Considerando o quadro acima, onde as suposições individuais na Nova Sociologia Institucional estão baseadas no determinismo institucional, parece haver uma incoerência ao se supor que o indivíduo ou grupo que quer mudar a organização tem a sua racionalidade condicionada pelas mesmas instituições que pretende mudar. Entretanto, conforme aludido por Powell (1991), os grupos ou indivíduos que transitam e atuam na periferia das organizações e ambientes técnicos e institucionais estão menos sujeitos às pressões institucionais e atuam como agentes de mudança. Entende-se que a legitimação externa e a ação interna partem de pressupostos e pressões externas interpretadas internamente.

Tratando especificamente da contabilidade, os estudos e pesquisas realizadas até a primeira metade do século XX foram direcionados principalmente ao *modus operandi*, preocupados em questões relacionados ao “como fazer”. De acordo com o que descrevem Lopes e Martins (2005) tal quadro deveu-se principalmente ao estabelecimento inicial das normas e regras contábeis gerais que deveriam guiar as atividades dos contadores. Desta forma, os principais trabalhos acadêmicos estavam mais voltados às respostas apropriadas aos problemas práticos da contabilidade. As duas metodologias básicas desta tradição de pesquisa, a chamada tradição normativa, foram a inferência de critérios a partir de definições genéricas e o estabelecimento e comparação dos requisitos ideais e comparação com os valores realmente adquiridos.

A partir dos anos 1960, uma perspectiva de pesquisa baseada na informação, *informational approach*, domina o cenário acadêmico contábil, principalmente no mundo anglo-saxão. Surge, assim, a tradição positiva de pesquisa em contabilidade. Esta tradição, muito influenciada por modelos de análise desenvolvidos pela economia financeira, privilegia a explicação dos fenômenos observados e não a prescrição do melhor método. Neste sentido, o objetivo dos estudos é explicar e prever as práticas e fenômenos contábeis. No entanto,

após constatação de que mesmo a pesquisa contábil é suscetível à pressão de grupos e agentes sociais, políticos e econômicos que acabam predominando através da massificação e institucionalização de regras de pesquisa para uso e manipulação das variáveis de estudo, que, por fim, determinavam o caráter e alcance dos estudos e resultados alcançados, ratificou-se que a contabilidade é um fenômeno de natureza eminentemente social, não seguindo apenas os axiomas da teoria econômica. Concomitantemente, demonstrou-se claramente entre os acadêmicos de várias áreas do conhecimento, em especial os da área das ciências sociais aplicadas, “que a evidência empírica (...) se vê amplamente influenciada pelo desenho de pesquisa escolhido (...) de forma que as críticas ao paradigma positivo tornaram-se centrais em filosofia das ciências.” (LOPES & MARTINS, 2005, p. 21).

Entre os anos 1970 e 1980 consolidou-se a escola britânica de contabilidade. Esta escola procura estudar as práticas de contabilidade inseridas no contexto cultural e social. Para os pesquisadores dessa tradição de pesquisa as práticas de contabilidade não podem ser vistas apenas como instrumentos de gestão direcionadas exclusivamente para quebra de assimetrias informacionais e formação de contratos, mas também “do ponto de vista do poder exercido, condicionantes sociais e fatores culturais.” (LOPES & MARTINS, 2005, p. 23). A escola britânica, de forma geral, admite formas diferenciadas para contextualizar o fenômeno contábil, de modo que outras abordagens possam ser utilizadas para pesquisa em contabilidade, quais sejam: metodologia social e institucional, metodologia sociológica aplicada, e método histórico (DIAS FILHO & MACHADO, 2004). Na abordagem social e institucional a explicação do fenômeno contábil passa necessariamente pela explicação de padrões de comportamento, normas, crenças e valores compartilhados pela coletividade, de forma que se obtenha legitimidade. Nesta perspectiva de pesquisa o mais interessante é saber se determinado procedimento ou regra contábil é percebido como relevante no contexto em que é utilizado, para depois poder avaliar os resultados socioeconômicos e mesmo políticos de sua aplicação.

Scott & Liman (1968), Hendriksen & Van, Breda (1999), Schmidt (2000), Carpenter e Feroz (2001), Ramirez (2001), Serra Negra (2003), Weffort (2005), Lopes & Martins (2005), Branco (2006), Ahrens & Mollona (2006) e Efferin e Hopper (2007), têm destacado a emergência e o desenvolvimento do conhecimento e práticas contábeis ao longo dos tempos e na atualidade, como causa e efeito de fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e jurídicos inter-relacionados.

Entende-se, dessa forma, que a explicação do fenômeno contábil pode ser mais próxima da realidade ao se considerarem os contextos que delinham valores sociais institucionalizados que perpassam o conhecimento e prática contábeis.

3 Estudo dos valores sociais sedimentados nas práticas de gestão e controle patrimonial

Considerando os pressupostos apresentados, percebe-se que as organizações formais e informais, para aumentar sua legitimidade e suas perspectivas de sobrevivência, tendem a incorporar práticas e procedimentos relacionados a conceitos preexistentes e institucionalizados em determinada sociedade ou mesmo grupo social, tal como podemos perceber no trabalho de Ferreira e Araújo (2006) e Efferin e Hopper (2007). Assim, o estudo de modelos causais de estrutura e processos organizacionais, destacando-se seus sistemas e subsistemas de gestão e controle patrimonial, tem seu escopo ampliado, de forma que a atenção pode ser dirigida também às influências externas não relacionadas diretamente ao processo de produção real, como mudanças na legislação e mesmo o desenvolvimento de sólidas normas sociais dentro da rede organizacional (TOLBERT e ZUCKER, 1999).

Uma alternativa de estudo, considerando os tópicos anteriores, pode partir da definição do conceito de institucionalização. Para Meyer e Rowan (1977, p. 341) institucionalização é

um processo através do qual valores sociais, tais como práticas, crenças ou mesmo obrigações compartilhadas e sustentadas por determinado grupo social, assumem a condição de regras gerais no pensamento e práticas dos indivíduos, sejam isoladamente ou em grupo. Ainda, segundo Meyer e Rowan (1977), pesquisas recentes, até então, sugeriam que existia uma lacuna importante entre a organização formal e a informal, de forma que mesmo uma empresa ineficiente na produção pode continuar existindo, a despeito das premissas gerais baseadas nos axiomas econômicos e financeiros.

Para descrever o contexto e os elementos componentes destes valores sociais utilizou-se o conceito antropológico de cultura através da teoria idealista da cultura, utilizando a abordagem simbólica. Num primeiro momento pode-se identificar a cultura de indivíduos e grupos através de uma série de características, tais como modo de agir diante de certas situações, vestimentas, forma de caminhar e comer, além da própria diferenciação lingüística (LARAIA, 2005). Entretanto, não basta analisar apenas estes aspectos superficiais da cultura para identificar os porquês de determinada prática de gestão e controle de meios materiais de subsistência. É preciso utilizar uma abordagem que consiga sondar os significados mais relevantes na determinação destas práticas.

Consoante Laraia (2005), existem basicamente duas correntes teóricas relativas ao entendimento do que seja cultura entre os antropólogos: a primeira considera a cultura como um sistema adaptativo, e a segunda refere-se às teorias idealistas de cultura. Entre as teorias idealistas da cultura está a abordagem que a considera como sistema simbólico. Nesta abordagem o conceito de cultura está relacionado diretamente a um conjunto de regras, instruções, valores, receitas, planos e outros mecanismos para controle e orientação do comportamento humano, num contexto em que os símbolos e seus significados são compartilhados entre os indivíduos. Considerando que estes símbolos e significados são públicos, não privados, entende-se que estudar aspectos culturais é estudar símbolos compartilhados pelas coletividades.

Baseando-se nesta abordagem pode-se entender que valores sociais são elementos culturais que funcionam como meios de orientação e direcionamento (consciente ou não) do comportamento humano, através de compartilhamento de símbolos e seus significados. Infere-se, pois, que valores sociais podem influenciar, por exemplo, combinações variadas de propriedades, envolvendo propriedades de uso restrito (por família ou por empreendimento) e propriedades coletivas (da comunidade). Nas palavras de Santos *et al* (2007, p. 14), todas as formas de sociedades possuem aspectos tanto de propriedade privada quanto de propriedade comum (também chamada de popular), incluindo no conceito de propriedade a posse e o domínio. Assim, podem existir variadas combinações de propriedades que geram uma série de graduações, conforme influência do contexto cultural e social.

Para que estes valores sociais sejam conservados e difundidos em determinado corpo social faz-se necessário que estejam sedimentados no pensar e agir das pessoas relacionadas com as atividades em estudo. Esta situação decorre de um processo de institucionalização destes valores sociais, que, de acordo com Tolbert e Zucker (1999), se dá em três fases: Habitualização, Objetificação e Sedimentação. É no estágio da sedimentação que os valores sociais específicos já estão propagados entre os indivíduos, pelo menos por longo período de tempo, num contexto de baixa resistência de grupos de oposição e, principalmente, com promoção e apoio cultural continuado. Este pressuposto geral que rege a pesquisa em tela deve ser considerado dentro de um contexto em que a inter-culturalidade manifesta-se através da interação entre indígenas e não-indígenas, onde práticas de gestão e controle patrimonial atendem a objetivos e aspirações orientados por sub-culturas diferentes, conforme evidenciado no trabalho de Ahrens e Mollona (2007) e Efferin e Hopper (2007). Considera-se, também, que estudar aspectos culturais não pode referir-se apenas a eventos e pessoas do passado; situações presentes ou mesmo perspectivas futuras também podem ser influentes no

comportamento humano ao estabelecerem valores relevantes, obrigações a serem partilhadas, regras e instruções para alcançar determinados objetivos, metas ou mesmo ideais de vida. Deve-se considerar, inclusive, que mesmo os padrões culturais não são estanques no tempo, principalmente num contexto inter-cultural como bem observaram Efferin e Hopper (2007). Destarte, apesar de determinados padrões culturais definirem relações entre indivíduos e grupos, servindo como base para ação e pensamento, sua cultura correspondente não é totalmente determinística, pois os indivíduos podem optar por outras alternativas de ação e pensamento, mesmo contrariando sua cultura tradicional (EFFERIN e HOPPER, 2007).

4 Alguns conceitos contábeis básicos inter-relacionados com o contexto sócio-cultural.

Como todo conhecimento de cunho social, ainda que aplicado, a contabilidade apresenta algumas diferenciações quanto às definições dos conceitos básicos a serem utilizados, seja em função da percepção de cada grupo de pesquisa ou mesmo em função da abordagem utilizada, conforme visto nas seções anteriores. Um bom exemplo das diferenças entre conceitos e suas definições a partir da abordagem utilizada é a que se refere ao campo de pesquisa da contabilidade. Enquanto os italianos usam o termo *azienda*, no sentido de célula social, os anglo-saxões utilizam o termo entidade (SCHIMIDT, 2000; SÁ, 1999).

Sá (1999, p. 135), na mesma linha dos italianos, prefere utilizar o termo célula social ao termo entidade. Consoante este autor, o termo entidade não consegue explicar adequadamente as características próprias do objeto de estudo, tornando-o incompreensível por não distingui-lo de outros objetos de estudo. Por outro lado, o termo célula social consegue distinguir adequadamente o campo de estudo da contabilidade ao defini-la como agregado de pessoas e de coisas impessoais, com atividade permanente ou duradoura e que visa suprir objetivos traçados pelo homem, sendo parcela da sociedade. Este conceito pode ser aplicado para família, comunidade ou empreendimento específico. Nesse contexto, o termo patrimônio restringe-se aos meios utilizados por cada célula social para atender determinadas necessidades ou objetivos. Considerando esta visão, patrimônio pode ser definido como coisa que se pode dispor para obter-se utilidade e como meio material pronto para suprir necessidades. É também um conjunto impessoal de meios e recursos (materiais e imateriais), existentes em determinado momento, destinado à satisfação das necessidades das atividades de uma célula social (SÁ, 1999). Um aspecto fundamental do conceito célula social é a capacidade de determinar a unidade patrimonial, ou seja, cada célula social dispõe de uma unidade patrimonial.

As definições apresentadas acima estão em consonância com as definições geradas pelos debates em sala de aula durante um mini-curso de extensão apresentado por um dos pesquisadores. Portanto, neste trabalho será adotada a definição de patrimônio como conjunto de meios materiais de subsistência destinado à manutenção da forma de vida dos indígenas das comunidades do Araçá e do Boqueirão, podendo ser determinado por família, por empreendimento específico ou mesmo pela comunidade no seu todo.

Estas definições de célula social e patrimônio foram adotadas na investigação, uma vez que devido às peculiaridades culturais e sociais das comunidades indígenas estudadas, as definições sob a abordagem normativa apresentadas pelo IPECAFI (Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da Universidade de São Paulo) e pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) para o campo de pesquisa da contabilidade, são insuficientes para explicar as práticas de controle patrimonial no contexto aqui estudado.

A definição de patrimônio enseja também a identificação dos seus elementos componentes e formadores. Por meio de trocas de experiências entre instrutor e instruendos no mini-curso “Fechamento de Caixa”, ministrado previamente aos entrevistados, o Ativo apresentou-se como elemento somativo às tradições indígenas locais, contemplando:

- 1) Meios materiais de subsistência não destinados à revenda – para uso no longo prazo, ou seja, superior a um ciclo operacional, destinado à produção de meios materiais para revenda, equivalente ao Ativo Não Circulante. As instalações da fábrica de farinha da comunidade é ilustrativo;
- 2) Meios materiais de subsistência destinados à revenda – adquiridos ou produzidos especificamente para posterior revenda, equivalente aos estoques para revenda do Ativo Circulante. Podendo-se citar porcos, galinhas e ovos para revenda, farinha para revenda, caxiri em algumas situações;
- 3) Meios materiais de subsistência usados como moeda de troca – para operacionalizar as trocas entre os indivíduos e comunidades. Os itens mencionados pelos instruendos foram dinheiro, farinha e caxiri;
- 4) Direitos a receber – derivados de contrapartidas a receber no futuro por conta de algum meio material de subsistência ou serviço cedido de uma célula social a outra, equivalente aos valores a receber e disponibilidades.

O Passivo Exigível se conformou como obrigações que a célula social em estudo tem a pagar devido uso anterior de meios materiais de subsistência, serviços ou dinheiro de outra célula social ou indivíduo.

A Despesa resgata o consumo de meios materiais de subsistência usados como moeda de troca para manutenção de outros meios materiais não destinados à revenda ou para produzir meios materiais de subsistência para venda.

As Receitas contextualizam-se como aumento bruto do patrimônio da célula social através de troca ou venda de bens materiais em função da(s) atividade(s) básica(s) desenvolvida(s).

Por fim, a Apuração de Resultado limitou-se à diferença entre receita e despesa em determinado ciclo operacional, proporcionando o aumento do patrimônio ao aumentar a disponibilidade de meios materiais de subsistência usados como moeda de troca ao fim de cada ciclo operacional.

Baseando-se em Assaf Neto (2002), o termo ciclo operacional foi utilizado para designar o tempo entre o investimento inicial e recebimento final pelos meios materiais de subsistência ou serviços vendidos a outras células sociais ou indivíduos.

Estas definições foram elaboradas no decorrer do mini-curso “Fechamento de Caixa”, ministrado aos indígenas antes da realização das entrevistas, e atenderam ao objetivo da pesquisa no sentido de identificar os conhecimentos básicos dos indígenas da comunidade para qualificar e quantificar itens patrimoniais. As aulas foram realizadas em sala de aula e em campo, através de visitas aos terrenos de alguns moradores da comunidade, onde foram discutidas as operações de cada atividade produtiva.

Estas categorias empíricas foram tratadas no seu contexto de aplicação, tanto em sala de aula como no campo, considerando as duas das principais fases do processo contábil apresentadas por Lopes e Martins (2005): reconhecimento e mensuração.

5 As comunidades indígenas do Araçá e Boqueirão

O Estado de Roraima está situado na região mais setentrional do Brasil, fazendo divisa ao norte e noroeste com a Venezuela, a leste com a República Cooperativista da Guiana, ao sul e oeste com o Estado do Amazonas e a sudeste com o Estado do Pará . Com área total de 224.298,98 km², o Estado possui terras indígenas que totalizam 104.018,00 km², ou 46,37% do seu território (GOVERNO DE RORAIMA, 2009). Sua população total esta estimada em 395.725 habitantes, sendo que 46.106 são indígenas, distribuídos da seguinte forma, segundo Funai (Fundação Nacional do Índio) e Funasa (Fundação Nacional de Saúde): yanomamis,

15.000 indivíduos; ingarikó, macuxi, patamona, taurepang, waimiri-atroari, wai-wai e wapixana, 31.106 indivíduos (GOVERNO DE RORAIMA, 2009).

Um dos primeiros grandes grupos indígenas a povoarem a região que compreende o Estado de Roraima foi o Aruak. Entre estes povos muito provavelmente estavam o grupo Wapixana, segundo maior grupo indígena do Estado hoje. Ocupavam um território que ia da bacia do Uraricoera até o rio Surumu, no centro e norte do Estado (SANTOS, 2003). Hoje, o Estado de Roraima é habitado pelos seguintes grupos indígenas: Makuxi, Taurepang, Ingarikó, Y'ekuana, Patamona, Wai-Wai, Waimiri-Atroari, Wapixana e Yanomami. Estes grupos pertencem a família lingüística Karib e Aruak (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 2002).

A comunidade indígena do Araçá está localizada no município do Amajari, norte do Estado de Roraima. A área total deste município é de 28.598,4 Km², com participação em relação ao Estado de 12,70 %. Deste total, 58,71%, ou seja, 16.790,99 Km², são terras indígenas (GOVERNO DE RORAIMA, 2009). De acordo com o secretário municipal de assuntos indígenas do município, em entrevista, existem dezessete comunidades indígenas em Amajari: Ouro, São Francisco, Campo da Serra, Urucuri, Juraci, Três Corações, Mutamba, Mangueira, Ananás, Guariba, Aningal, Garagem, Cajueiro, Leão de Ouro, Santa Inês e Araçá. Conforme entrevistas com alunos do mini-curso, existem quatro etnias que convivem na comunidade do Araçá: wapara, wapixana, macuxi e taurepang. De acordo com relato deste mesmo secretário, a comunidade do Araçá tem um histórico de forte interação comercial e cultural com as demais comunidades indígenas e não indígenas da região.

A comunidade Boqueirão está localizada no município de Alto Alegre, na região centro-norte de Roraima. A área total do município é de 26.109,70 Km², com participação em relação ao Estado de 11,59 %. Deste total, 72,02%, ou seja, 18.806,53 Km², são terras indígenas (GOVERNO DE RORAIMA, 2009). São seis áreas indígenas: Boqueirão, Mangueira, Raimundão, Sucuba e Yanomami. Aproximadamente 16 mil hectares são da comunidade indígena Boqueirão, criada em 2003, onde os grupos indígenas predominantes são Wapixana e Makuxi (FUNAI, 2009).

As entrevistas realizadas com os participantes do curso, com o secretário municipal de assuntos indígenas do município de Amajari e com lideranças da comunidade do Boqueirão, indicam que as principais atividades produtivas e de comércio desenvolvidas nessas comunidades são: agricultura, pecuária, piscicultura, produção de farinha, artesanato além de aluguel de barracas e venda, em dias de festa na comunidade, de caxiri, bebida indígena típica da região.

O caxiri também faz parte de um ritual amplamente utilizado pelas comunidades indígenas. Tratando especificamente dos costumes do grupo Wapixana, Santos (2006) destaca o trabalho comunitário, chamado hoje de “de junta”, onde o caxiri exerce um papel central nas relações sociais. Para este autor esta prática resulta numa forma de executar grandes serviços tais como limpeza de roça e colheita. São aspectos como este que chamam a atenção no que se refere aos conhecimentos de controle e gestão patrimonial.

6 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa desenvolvida foi do tipo exploratória. Baseando-se no trabalho de Jung (2004) entende-se que neste formato de pesquisa não se exige grandes teorizações para a sua realização, mas sim, a experimentação para coleta de dados que servirão de base para a formatação de modelos explicativos posteriores mais profundos.

Primeiramente preparou-se um mini-curso, com carga horária de 4 horas, com o título “Fechamento de Caixa”, oferecido inicialmente a todas as comunidades indígenas e não-indígenas das localidades próximas ao município de Amajari, conforme demanda das próprias

comunidades à organização da IV Caravana Científico-cultural da Universidade Federal de Roraima, em 2006. Vale lembrar que o termo *Fechamento de Caixa* foi escolhido pelos próprios instruídos ao informarem aos organizadores do evento os tipos de cursos desejados. Em 2008 o mesmo curso foi oferecido à comunidade do Boqueirão, na oportunidade as mesmas técnicas de coleta de dados foram utilizadas.

Durante a apresentação e discussão das movimentações patrimoniais sugeridas no programa do mini-curso todos os instruídos foram incentivados a relatarem experiências próprias e posteriormente relacioná-las ao conteúdo apresentado. A fim de facilitar o processo ensino-aprendizagem as aulas foram ministradas não só em sala de aula, mas também em terrenos onde as atividades produtivas eram desenvolvidas na comunidade.

Ao encerramento do mini-curso, foram selecionados aleatoriamente três instruídos que faziam parte da comunidade indígena do Araçá para participar da pesquisa. Na comunidade do Boqueirão foram selecionados aleatoriamente quatro instruídos.

Foram entrevistados também uma professora indígena, que atua na comunidade Araçá, e o secretário municipal para assuntos indígenas do município de Amajari. Na comunidade Boqueirão, além dos alunos do mini-curso foram entrevistados duas lideranças locais e uma professora indígena. O objetivo destas entrevistas era obter informações gerais sobre os grupos indígenas situados em cada comunidade e atuação do Estado. Estas entrevistas foram realizadas antes de cada mini-curso.

As técnicas de pesquisa utilizadas para coleta de dados foram: uma aula dialogada seguida de entrevista não estruturada, na modalidade focalizada (OLIVEIRA, 2003).

A análise dos dados obtidos foi desenvolvida em três níveis: Interpretação – verificação das relações entre as variáveis, para ampliar o conhecimento do fenômeno; Explicação – entendimento das relações entre as variáveis; e Especificação – através da qualificação das relações, estabelecendo como as relações entre as variáveis são válidas. Em seguida, a interpretação procurou dar um significado mais amplo às respostas das entrevistas, vinculando-as aos conhecimentos discutidos em sala e aos conhecimentos apresentados no referencial teórico deste artigo (OLIVEIRA, 2003).

7 Análise e interpretação dos achados empíricos

Um dos primeiros elementos analisados refere-se às atividades geradoras de meios materiais de subsistências praticadas pelos indígenas.

As falas dos entrevistados indicam que as principais atividades desenvolvidas nas duas comunidades indígenas pesquisadas estão relacionadas com elementos da região, ligados ou não diretamente às práticas indígenas tradicionais, como por exemplo, a comercialização de caxiri, peixes, farinha além de agricultura, pecuária, criação de animais de pequeno porte e piscicultura:

“Nós temos lá a bebida, que é o caxiri, né? A gente vende em tempo de festa (...) Somos nós mesmos que vendemos (...) em dia de festa quem quiser pode montar sua barraquinha. A gente aluga barracas. Pras pessoas que vão vender lá.”

“com as pessoas daqui mesmo da comunidade ou então com o pessoal de Três corações, a gente vende bastante peixe lá (...)”

“Eu tenho criação de gado, porcos e galinhas, tudo pra comer e vender.”

“Então, por exemplo, eles [Boa Vista] querem receber nosso produto, a farinha... com o preço que eles querem colocar, mas a gente, a gente que trabalha, que vê o trabalho, como é, vem e diz – Não, nosso produto é tanto!”

“trabalho na agricultura, pecuária, a gente temos três fazenda de gado (...) três fazenda indígena, nossa mesmo. E todos nós, todas as famílias, trabalhamos de roça, criamos porco, galinha... mais ou menos daquele jeito...”

“[piscicultura] nós somos um total de quinze pessoas que trabalhamos na piscicultura” a gente conseguiu esse negócio de piscicultura através do SEBRAE, o SEBRAE deu dois milheiro de alevinos, ajudou a gente a fazer a gaiola, aí com o dinheiro da produção quando cresceu... esse dinheiro que a gente vem movimentando até hoje, e ta com dois anos e quatro mês (...) o tempo do peixe, de pequeno até grande é seis meses...”

Tratando especificamente do caxiri, percebe-se que este não é utilizado apenas para fins comerciais, ele é utilizado como meio material de troca entre os indígenas da mesma comunidade de acordo com tradições próprias. Em contrapartida, na prática, ele funciona como elemento redutor de despesas – conforme definição discutida no mini-curso – de determinada família:

“O caxiri foi ensinado pelos nossos pais, vai passando de pai pra filho.”

“O caxiri é nossa bebida indígena, é nossa cultura mesmo. Se eu tenho um trabalho na minha roça, eu não sei fazer, nem eu nem minha mulher, mas se eu for fazer um trabalho aí eu vou e peço pra uma conhecida minha, uma vizinha minha lá pra ela fazer caxiri ela vai e faz, aí eu falo pra ela... Tem uma mulher que sempre faz caxiri pra mim que é a (...) E ela diz: –Não, faço pra você aí. Aí eu... a gente vai faz, faz o caxiri, depois que ta no jeito chama o pessoal. Ela não cobra nada. Todo mundo bebe junto, trabalha junto.”

“a de junta é quando você quer, não quer pagar uma pessoa quando tá vendo que vai fazer um trabalho que vai durar três dias que uma única pessoa ia fazer (...) então o trabalho que você faria em três dias você faz em quatro horas (...)”

Percebe-se, desta forma, que um elemento normalmente reconhecido como gerador de despesa para determinada família, enquanto célula social, acaba sendo desconsiderado, influenciando a composição patrimonial e de resultado, devido a valores sociais partilhados na comunidade, ratificando a inter-relação entre práticas contábeis e valores sociais apresentado por Meyer e Rowan (1992) e Dias Filho e Machado (2004).

Percebe-se também que a prática descrita por Santos (2006), atribuída especificamente ao grupo indígena Wapixana, estende-se a outros grupos indígenas, principalmente quando compartilham do mesmo território. Importante destacar que o conceito de despesa, discutido em sala no mini-curso, foi amplamente assimilado pelos instruídos através das suas experiências individuais, o que sugere que a resposta apresentada pelo entrevistado estava alinhada aos objetivos da pesquisa.

Os meios materiais de subsistência específicos para troca são importantes na comunidade, entre eles o dinheiro, pois são indispensáveis para a aquisição de alimentação e serviços específicos nas comunidades:

“A gente compra lá gêneros alimentícios: farinha, banana, carne... a própria comunidade tem... então a gente não precisa ir pra cidade, até pra economizar a passagem né?”

“Não, quando é de junta, não cobra nada, é trabalho mesmo, tudo junto... mas, tem pessoas que contratam lá: - Vai tirar madeira pra mim! Eu te dou tanto! – de nós mesmos da comunidade. (...) a última vez que eu fiz isso disseram – Eu te pago 150!”

Outro elemento patrimonial com grande utilidade na comunidade como moeda de troca é a farinha produzida na própria comunidade, em especial na hora de adquirir meios materiais de subsistência junto ao comerciante local.

“(...) ele [comerciante admitido na comunidade] recebe, ele tem... como é que se diz? ele tem o comércio dele, ele vende... o pessoal da comunidade, tiram lá, fiado sabe? O nosso dinheiro que nós temos lá é farinha. É só a farinha mesmo. A gente faz lá uma conta de R\$80, aí faz um saco de farinha pra entregar.”

Com relação à articulação dos conhecimentos sobre ativo, em especial os créditos a receber, percebe-se que os aposentados, em especial, parecem gozar de maior credibilidade na hora de comprarem a prazo, oferecendo, assim, nenhum risco nas negociações, dada sua condição de ter uma renda fixa. Chega-se ao ponto de se desconsiderar um direito a receber. Um exemplo é dado pelos indígenas piscicultores da comunidade Araçá, ao venderem seu produto aos demais indígenas, refletindo a confiança destes empreendedores na ação estatal de seguridade social:

“(...) os próprios parentes da comunidade compram... mas eles não devem não porque, os aposentados [do INSS], no caso dos aposentados, ele... – Rapaz eu quero cinco kg de peixe, mas no final do mês que eu receber eu pago você. Então pronto! Ele vai, tira, e no final do mês ele pam!, paga. Ele sempre compram fiado, a gente confia nele porque com eles não tem sujeira não...”

Importante ressaltar que o termo parente, utilizado principalmente pelo grupo Macuxi, tornou-se popular entre os demais grupos indígenas. De acordo com Santos (2003), este termo designa indivíduos muitas vezes da mesma comunidade ou região geográfica, independente do grau de parentesco que nós, não índios, costumamos conceber.

Conforme relato da professora indígena e uma das entrevistadas que atua na atividade de artesanato, as ações da União em políticas públicas de assistência social são comuns na comunidade, tais como concessão de bolsa família e de benefícios do INSS aos indígenas da comunidade Araçá.

Outro exemplo que reflete a relevância de valores sociais no controle de contas a receber verifica-se na fala de uma professora indígena, quando empresta dinheiro a outros indígenas da comunidade Boqueirão:

“sabem, só que eu... não cobro, até porque, assim... eu como... eles acham que como gestora, como professora é um padrão de vida assim, um pouco mais né? Do nível deles. Então eu sei que eles não tem, então eu vou cobrar daquele que não tem, então eu fico até um pouco assim... aí eu deixo passar.”

Um fato que chamou a atenção foi que empreendimentos específicos podem revestir-se de unidade patrimonial, tal como células sociais específicas, como por exemplo a atividade de piscicultura na comunidade Araçá:

“eles ajudam, tipo uma ‘de junta’ né? a gente faz um caxiri, convida eles aí eles vão... é o tipo de ajuda... [ajudam na atividade de piscicultura?] não, não, só nos quinze mesmo, só os associados”

Esta fala sugere que muito embora o valor social “de junta” seja amplamente utilizado pelas famílias para redução de despesas, o mesmo não se aplica a um empreendimento específico realizado por um grupo da comunidade, constituindo-se em uma célula social distinta, com patrimônio e gestão próprios, conforme Sá (1999). Esta distinção fica evidente na fala do gestor da atividade de piscicultura da comunidade, ao falar sobre passivos e uso dos meios materiais derivados do resultado apurado:

“Dívida, dívida a gente não tem não porque a gente compra tudo à vista, a ração é à vista, o peixe é à vista, os alevinos que a gente compra, gasolina que a gente gasta pra..., tela é à vista... (...) aí com o dinheiro da produção quando cresceu os alevinos... esse dinheiro que a gente vem movimentando até hoje, e tá com dois anos e quatro mês (...)”

Uma fala reveladora de um dos gestores da atividade de piscicultura da comunidade Araçá trata da apuração de resultado e a perspectiva da continuidade do empreendimento, esta também é compartilhada pela indígena que trabalha com artesanato:

“a gente sabe que deu lucro... a gente sabe... a gente faz uma compra de mil alevinos, sai a R\$ 170,00, mil alevinos; aí, durante três meses a gente faz um balanço pra ver quanto que a gente gasta com ração; aí, pega o total, com mais o total dos R\$ 170,00 que (...) e vê a quantidade de peso dos peixes que a gente vendemos, a gente vende até o último, aí (...) quantos quilos deu e vê o total de dinheiro que entrou. Aí, daquele dinheiro a gente gasta ele com a gaiola, compra mais ferro, compra gasolina... nunca a gente chegou a dividir o dinheiro não, entre nós, porque não deu ainda. Porque é bem pouquinho. A gente investiu em mais ração, mais alevino, fizemos mais outras gaiolas...”

“resto é pra comprar umas coisas... material pra fazer artesanato (...)”

Estas falas sugerem a interinação de valores relacionados ao acúmulo de capital pelos indígenas da comunidade, uma vez que a preocupação com a aplicação das sobras de recursos é considerada. Sugere também a transitoriedade dos padrões culturais, uma vez que indivíduos ou grupos de determinado grupo social maior têm alternativas e podem agir até mesmo de forma contrária às suas crenças culturais, como apontado por Efferin e Hopper (2007). Importante ressaltar que a visão de continuidade da atividade produtiva esta ligada diretamente ao contexto de inter-culturalidade vivenciado pelos indígenas da comunidade do Araçá através de contato com consultores do Sebrae/RR (Serviço Nacional de Apoio à Pequena e Micro Empresa em Roraima) que lá estiveram a fim de incentivarem a criação de empreendimentos locais. Ratifica-se, assim, a noção de que padrões culturais não são constantes no tempo, podendo se alterar conforme contexto social, cultural, econômico e político, mas, de qualquer forma, continuam a influenciar padrões de controle patrimonial. Por outro lado, corroboram-se as evidências de que as decisões de gestão são reações às pressões técnicas e institucionais do ambiente de operações da organização, conforme apontado por Rothenberg (2007). Considerando esta autora percebe-se que os gestores da atividade de piscicultura na comunidade do Araçá atuam como empreendedores institucionais, e como tais criam normas, modelos, roteiros e tipos de comportamentos técnicos e cognitivos condizentes com sua identidade e interesses, estabelecendo normas gerais e legitimando ou relativizando outras, como a prática da “de junta”. Corroboram-se também os estudos de Powell (1991), que diz que os grupos ou indivíduos que transitam e atuam na periferia das organizações e ambientes técnicos e institucionais estão menos sujeitos às pressões institucionais e atuam como agentes de mudança.

Por outro lado, percebe-se a relatividade da unidade patrimonial no que se refere a alguns meios materiais de subsistência não destinados à venda, em especial o centro de “farinhada” nas duas comunidades e o “jerico” (trator) da comunidade Boqueirão. O uso coletivo deste ativo pode configurar-se como uma das graduações de propriedade possíveis, propriedade coletiva, considerando as idéias apresentadas por Santos *et all* (2007). Estes elementos patrimoniais tem grande utilidade a toda comunidade na produção de meios materiais que servem de moeda de troca para adquirir outros meios materiais de subsistência junto ao comerciante local, conforme visto anteriormente:

“o centro de farinha fica ali, todo mundo pode usar...”

“tem o jerico que todo mundo usa, é só pagar o motorista e o combustível”

“tem um centro de farinhada, o farinheiro sabe, é ali onde o pessoal trabalha, qualquer pessoa, qualquer morador de lá pode chegar, fazer sua farinha lá (...)”

No que se refere ao que nós entenderíamos como propriedade das terras, os indígenas são ambíguos, ora definindo posses específicas de cada família, ora definindo a posse coletiva, onde o rodízio no uso do solo e o uso da “de junta” para sua manutenção são regras gerais.

“quando casa, tem sua terrinha, pode trabalhar, sustentar sua família...”

“aquela terra que a gente usou naquele ano ela já não serve pro que vai ser plantado ali (...) fica fraco, não vai mais sustentar aquela planta, fica lá uma planta murcha, amarela, cai as folhas, tal... então não dá pra aproveitar essa terra.”

“é individual, cada um tem sua rocinha , só que é assim, trabalha em conjunto, de junto. Por exemplo, hoje eu vou trabalhar na sua roça né? Depois você trabalha na minha. Aí, nesse mesmo trabalho, já, por exemplo, eu já vou marcar o meu pra tal dia, aí já tá ciente, que vai haver outro... (...) é por família. Às vezes, num determinado local tem mais de uma família.”

Percebe-se, assim, que valores sociais, assim apresentados por Meyer e Rowan (1992) e Dias Filho e Machado (2004), valorizam, neste caso, o coletivo, e são preponderantes na definição das formas de uso e disponibilidade de terras nesta comunidade, afetando o conhecimento da composição patrimonial das famílias através de diferentes combinações de propriedade (caracterizada pela posse), conforme apresentado por Santos *et all* (2007).

As principais inter-relações entre conhecimento patrimonial e valores sociais podem ser interpretadas no contexto geral desta pesquisa conforme Quadro 2:

CONCEITOS CONTÁBEIS	PRÁTICAS DE GESTÃO INDÍGENA	VALOR SOCIAL INFLUENTE NO PROCESSO CONTÁBIL
ATIVO CIRCULANTE	<ul style="list-style-type: none"> • Não reconhecimento de direitos a receber nos empréstimos pessoais e para indivíduos com renda fixa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de pertencimento a comunidade; • Confiança na ação governamental.
ATIVO NÃO CIRCULANTE	<ul style="list-style-type: none"> • Uso comunitário do centro de farinha e jerico para produção de meio material de troca para cada família; • Descontinuidade da posse da roça por determinada família; • Sistema de rodízio no uso das roças. 	<ul style="list-style-type: none"> • União da comunidade; • Sentimento de pertencimento a comunidade;
DESPESAS	<ul style="list-style-type: none"> • Eliminação de despesas familiares com gastos para manutenção das roças. 	<ul style="list-style-type: none"> • União da comunidade; • Prática da “de junta”.
PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Perspectiva de reinvestimento das sobras derivadas das operações na piscicultura e artesanato. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acumulação de capital; • Propriedade privada.

Quadro 2 – Síntese das principais inter-relações entre valores sociais e conhecimento patrimonial articuladas pelos indígenas nas comunidades do Araçá e Boqueirão. (Fonte: pesquisa de campo, 2006 e 2008)

8 Interpretação geral e considerações finais

Percebeu-se nesse trabalho que elementos referentes ao conceito de ativo e despesa são utilizados pelos indígenas de forma inter-relacionada aos valores sociais sedimentados, afetando o reconhecimento e a mensuração daqueles elementos que compõem e formam, qualitativa e quantitativamente, as unidades patrimoniais de seus empreendimentos familiares e mesmo de grupos de trabalho específico. Destacaram-se a prática da “de junta”, união da comunidade e a confiança na ação governamental através dos benefícios das aposentadorias pagas pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) a indígenas da comunidade, como valores sociais relevantes na forma como os indígenas reconhecem e mensuram seus

componentes patrimoniais. Por outro lado, a perspectiva de alguns indígenas da comunidade do Araçá, envolvidos diretamente nas atividades de piscicultura, apresenta diferenças marcantes em relação aos demais membros da comunidade: noção de célula social distinta, apuração de resultado, continuidade do empreendimento, confiança na ação estatal e flexibilização do valor social “de junta”.

Estes eventos confirmam, sobremaneira, a natureza interveniente dos valores sociais na forma de gerir e controlar o patrimônio, especialmente num contexto de inter-culturalidade onde valores sociais são continuamente confrontados com a realidade, podendo, inclusive, flexibilizar normas sociais estabelecidas anteriormente.

Considerando estes achados empíricos demanda-se a continuação destes estudos com o mesmo enfoque aqui utilizado, a fim de se conhecer aspectos básicos dos processos formadores e caracterizadores dos fenômenos apresentados neste trabalho, destacando-se as fases do processo de institucionalização dos valores sociais tratados por Tolbert e Zucker (1999), mormente no que se refere às atuações do Sebrae/RR e mesmo da União ao gerar renda na comunidade através de benefícios assistenciais.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- AHRENS, T.; MOLLONA, M. Organisational control as cultural practice—A shop floor ethnography of a Sheffield steel mill. **Accounting, Organisations and Society**. Oxford, v.32, p. 305-331, mai./jun. 2007.
- BRANCO, M. C. **Uma abordagem institucionalista da contabilidade**. Revista de Contabilidade e Finanças. São Paulo, n. 42, p. 104-112, set/dez 2006.
- CARPENTER, V. L.; FERROZ, E.H. **Institutional theory and accounting rule choice: an analysis of four US state governments' decisions to adopt generally accepted accounting principles**. **Accounting, Organisations and Society**. Oxford, v.26, p. 565-596, nov./dez. 2001.
- DIAS FILHO, J. M.; MACHADO, L. H. B. Abordagens de pesquisa em contabilidade. In: IUDICIBUS, S. de; LOPES, A. B. **Teoria avançada de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.
- EFFERIN, S.; HOPPER, T. Management control, culture and ethnicity in a Chinese Indonesian company. **Accounting, Organisations and Society**. Oxford, v.32, p. 223-262, mai./jun. 2007.
- FERREIRA, L. A. ARAÚJO, M.A.D. de. **Decisão e participação na política pública de emprego: o caso dos núcleos de produção do programa SER da Prefeitura Municipal de Natal (RN)**. Cadernos EBAPE, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo: Vol 4, n. 1, mar. 2006.
- FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Roraima. Situação fundiária. Disponível em:** < <http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: 18/05/2009.
- GOVERNO DE RORAIMA. **Roraima. Dados gerais. Povos indígenas. Mapas**. Disponível em: < <http://www.rr.gov.br/>>. Acesso em: 18/05/2009.
- HENDRIKSEN, E. S. & BREDA, M. F. V. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo, Atlas, 1999.
- JUNG, C. F. **Metodologia para pesquisa & desenvolvimento: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos**. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil Editora, 2004.

LOPES, A.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem.** São Paulo: Atlas, 2005.

MEYER, J.W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure and myth and ceremony. In: MEYER, J.W.; SCOTT, W.R. **Organizational environments: ritual and rationality.** Londres: Sage, 1992.

OLIVEIRA, A. B. S. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade.** São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, R. da S. Mapas - Questão fundiária – Áreas indígenas. In: _____. **Atlas do Estado de Roraima: território e população.** Editora UFRR, 2007. 1 CD-ROM.

RAMIREZ, C. Understanding social closure in its cultural context: accounting practitioners in France (1920-1939). **Accounting, Organisations and Society.** Oxford, v.26, p. 391-418, out./dez. 2001.

REIS, L. G. **A influência do discurso no processo de mudança da contabilidade gerencial: um estudo de caso sob o enfoque da Teoria Institucional.** 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROTHENBERG, S. Environmental managers as institutional entrepreneurs: The influence of institutional and technical pressures on waste management. **Journal of Business Research.** V. 60, p. 749-757. 2007.

SÁ, A.L. de. **Teoria da Contabilidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, M. G. dos. **Uma Gramática do Wapixana (Aruák) : aspectos da fonologia, da morfologia e da sintaxe.** Campinas, 2006. 280f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.

SANTOS, R. N. G. dos. **Roraima: a construção de identidades políticas indígenas e não-indígenas no final do século XX.** Rio de Janeiro, 2003. 180f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, J. L.; SCHMIDT, Paulo; FERNANDES, L. A.; MACHADO, N. P. **Teoria da contabilidade: introdutória, intermediária e avançada.** São Paulo: Atlas, 2007.

SCHMIDT, Paulo. **História do Pensamento Contábil.** Porto Alegre: Bookman, 2000.

SCOTT, M. B.; LYMAN, S. M. Accounts. **American Sociological Review,** Washington, v. 33 p. 46-62, jan./mar. 1968.

SERRA NEGRA, E. M. **Evidências das partidas dobradas através da matemática na Mesopotâmia** Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 6, n. 21, p. 45-50, ago./out. 2003.

STEEN, M.P.V.D. **Human agency in management accounting change: a cognitive approach to institutional theory.** Rijksuniversiteit Groningen. Ph.D. Thesis. 2005. Disponível em: <http://dissertations.ub.rug.nl/faculties/management/2006/m.p.van.der.steen/>. Acesso em: 01/07/2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Núcleo Insikiran. **Projeto Político Pedagógico do Curso Licenciatura Intercultural.** Boa Vista, 2002.

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado.** São Paulo: Atlas, 2005.